

## Hirschman e a dessacralização da epopeia do desenvolvimento por um desenvolvimentista

RENATO S. MALUF\*

Hirschman and the desecration of epic development by a developmentalist. The essay presents a reading of Albert Hirschman' work aiming at highlighting his differentiated approach to economic development while exploring the economic, social and political dimensions involved in joining economic growth and social equity. Some concepts and references gain importance in this effort such as possibilism, hidden rationalities, unbalanced growth, social conflicts, unintended consequences and open solutions. Latin American countries are the main empirical reference, with specific concerns on the food question involved in development processes.

Keywords: Hirschman; economic development; social equity; possibilism.

JEL Classification: B3; B31.

Este ensaio se inspira na obra de Albert Otto Hirschman, personagem peculiar e pensador brilhante morto em dezembro de 2012, cuja trajetória incluiu longa e estreita relação com a América Latina, inclusive o Brasil. Atribuir-lhe, desde logo, a condição de economista poderia empobrecer o perfil de um autor reconhecidamente profícuo e com um pensamento tido como “polifônico” (McPherson, 1988, p. 319) pela amplitude dos temas que tratou e pelos variados conceitos e enfoques que era capaz de mobilizar. Cultivava “a arte de ultrapassar fronteiras”, sobretudo, as disciplinares, num estilo despretensioso que torna leve um raciocínio sofisticado baseado em notável erudição.

Hirschman foi um destacado representante das melhores possibilidades oferecidas pelo pensamento econômico quando fertilizado com os demais campos do

---

\* Professor Associado II do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: rsmaluf@gmail.com. Agradeço às contribuições de parecerista anônimo. Submetido: 28/junho/2013; Aprovado: 14/fevereiro/2014.

saber, mesmo que em prejuízo do reconhecimento de parte da corporação dos economistas. Integra os “pioneiros do desenvolvimento” pelas contribuições à boa tradição da economia do desenvolvimento capitaneada por humanistas, subdisciplina que ajudou a construir, apontar limites e desfazer equívocos. Suas próprias insuficiências e erros de formulações anteriores foram trabalhados pelo próprio autor em permanente autossubversão.

O retorno do debate sobre desenvolvimento na agenda pública, com os costumeiros projetos grandiosos e narrativas antecipatórias de futuros luminosos, acentua a atualidade e justifica a leitura aqui proposta das contribuições de Hirschman. O olhar adotado se expressa já nas referências utilizadas no título do presente ensaio sugerindo aparente paradoxo da composição. Hirschman caracterizou o desenvolvimento como uma aventura épica em razão do desafio, do drama e da grandeza implicados no “fazer desenvolvimento”, mesmo que os objetivos perseguidos não sejam percebidos em sua plenitude devido ao caráter parcial do conhecimento humano anterior à tomada de decisões. Contudo, a nobreza de espírito e a ousadia conferidas por Hirschman aos que se envolvem com este “fazer” não o levaram à apologia das proposições que se pretendem portadoras de finalidades últimas e soluções integrais. Muito ao contrário, a valorização dos processos em curso, o suposto das soluções abertas e o papel atribuído ao aprendizado social levaram-no a “enxergar desenvolvimento” em lugares não convencionais ou pouco prestigiados, com base em métodos diferenciados face às teorias consagradas. Daí a interpretação de que a epopeia do desenvolvimento se dessacraliza na obra deste desenvolvimentista<sup>1</sup>.

A leitura sistemática da obra de Hirschman e o primeiro esboço deste ensaio datam de meados dos anos 1990, período de agudas e contundentes críticas à teoria e à prática (política) do desenvolvimento. Algumas propuseram rejeitar a própria noção de desenvolvimento que, é certo, se prestou a causar danos de várias ordens, mas persiste no imaginário social. Assim, um antecedente do presente ensaio foi o intento de conceituar o desenvolvimento num sentido que, ecoando as referidas críticas, colocasse a atividade econômica a serviço de um objetivo para além da dimensão econômica em si. Recuperando as ideias de “melhoria” e de “processo” contidas na noção de desenvolvimento, propus definir o desenvolvimento econômico como *o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo* (Maluf, 2000, p. 71). Trata-se de definição de caráter instrumental, como quase todas num campo inescapavelmente normativo, que evita uma abordagem paradigmática do tema, estando fundamentada nas contribuições de Hirschman e também de Amartya Sen.

Os países da América Latina, o Brasil em particular, constituem o pano de fundo de uma reflexão que remete, obrigatoriamente, aos desafios para associar

---

<sup>1</sup> Sua odisseia, como bem caracterizou Adelman (2013b, p. 656), foi uma trajetória sem uma finalidade particular, de um idealista sem utopia.

desenvolvimento econômico com maior equidade e bem-estar social, principal maza desses países nesse campo. Sem a pretensão de percorrer suas muitas e variadas contribuições, é indiscutível a contribuição da abordagem de Hirschman para tanto. Busco, também, contribuições metodológicas e analíticas para as pesquisas sobre a questão alimentar nos processos de desenvolvimento, tema central quando se trata de equidade social, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental (Maluf, 1997 e 1998).

O texto se divide em cinco seções. A primeira aborda as desigualdades e iniquidades inerentes aos processos de desenvolvimento e a resposta “possibilista” elaborada por Hirschman. As duas seções seguintes ressaltam as racionalidades ocultas das mudanças sociais e o desmonte do mito do desenvolvimento equilibrado. A quarta seção aborda o papel do aprendizado, a abertura a várias soluções e as modestas expectativas do autor quanto às possibilidades prescritivas da teoria econômica. A última seção, em lugar de conclusões, traz observações finais sobre fundamentos políticos e mudança social na abordagem de Hirschman do desenvolvimento econômico.

## DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DESIGUALDADE SOCIAL

A já longa trajetória dos países da América Latina como nações independentes, em quase todos os casos, caracteriza-se pela permanência de importantes desigualdades de renda e um quadro de pobreza de segmentos significativos de sua população devido à precariedade na sua dotação de recursos e no acesso aos serviços públicos requeridos para uma existência digna. Não obstante os avanços havidos nas condições médias de vida e para a maioria dos estratos sociais na segunda metade do século XX, como ressaltado por Hirschman, e as inflexões importantes ocorridas no presente século. A intenção é ressaltar a existência nesses países de um quadro sociopolítico e institucional favorável ao florescimento de atividades econômicas de natureza excludente, não raro apoiadas por políticas públicas. É fato que elas expressam dinâmicas concentradoras intrínsecas à concorrência capitalista, porém, obstáculos dificultam mecanismos compensatórios como a proliferação de pequenos empreendimentos mesmo nos setores que são seus *habitats* naturais.

Contextos assim são propícios a proposições de modelos alternativos de desenvolvimento econômico e social que supõem alterações ou rupturas substantivas, com graus variados de radicalidade, nas dinâmicas de reprodução das sociedades em questão. As análises econômicas costumam dedicar um “último parágrafo” a rupturas que, de fato, são pré-condição e moldam processos alternativos ou diferenciados, simplismo ilusionista que a abordagem de Hirschman da interação entre economia e política ajuda a superar.

O principal debate, contudo, se dá com o enfoque sobre a equidade social que argumenta, com ares de verdade técnica, pela prioridade absoluta do crescimento econômico cujos benefícios se espriariam por toda a sociedade. Trata-se do co-

nhecido mecanismo denominado “efeito cascata ou de espraiamento” do crescimento econômico para toda a sociedade (*trickle-down effect of economic growth*). Aos benefícios gerados pelo crescimento deveriam ser adicionadas políticas sociais ou medidas compensatórias para atender aos não contemplados pelos mecanismos próprios do sistema econômico. A teoria econômica-padrão oferece suporte técnico a este enfoque ao legitimar a separação entre o “econômico” e o “social”, tornando a eficiência econômica na alocação de recursos um princípio absoluto e retirando a equidade do seu campo específico de preocupações. O procedimento de desvincular — por vezes, contrapor — o princípio da eficiência econômica das questões de equidade social faz com que a dimensão social deixe de figurar entre os critérios de avaliação das escolhas econômicas. Mesmo fora da ortodoxia econômica, muitos enfoques limitam-se ao papel econômico desempenhado pela equidade social ao gerar impactos positivos no nível e na composição do consumo, portanto, dinamizando a economia.

Pode-se afirmar que a separação entre o econômico e o social se manteve em sucessivos contextos históricos na América Latina, embora com ênfases e ingredientes próprios aos modos de promoção do crescimento vigentes em cada período. Formas de combinação de “exclusão com compensação” geraram processos lentos e conflituosos de incorporação de melhorias incrementais nas condições de vida dos amplos segmentos de menor renda e de extrema pobreza<sup>2</sup>. Essa trajetória ilustra o padrão de “história lenta” descrito por Martins (1994, p. 14) e justifica indagar sobre as condições necessárias para alterar as formas predominantes de geração e apropriação da riqueza. A questão de fundo, aqui, é o “lugar” ocupado pela equidade e inclusão social como fenômeno social e objeto da ação pública, mais do que chegar a mais uma listagem de precondições para que esses países atinjam uma condição social melhor.

Com esta indagação em mente recorro à abordagem de Hirschman sobre como se movem — como se desenvolvem — as sociedades e suas economias, num percurso analítico que termina por modificar, substantivamente, os próprios termos em que a indagação está formulada. Sem retirar legitimidade à indagação, a abordagem hirschmaniana nos obriga a desagregar a análise em diferentes planos e a ter em conta a não linearidade dos processos sociais. Este caminho pode, eventualmente, contribuir para avaliar se está em curso na região, em particular no Brasil, uma inflexão nas trajetórias de desenvolvimento numa direção que redefine o lugar social e político da desigualdade e da promoção da equidade. Para Santiso (2006), assiste-se à emergência do possibilismo de Hirschman com o abandono dos dogmatismos dos “bons revolucionários” (*good revolutionaries*) e dos “livre mercadistas” (*free-marketers*), e a adoção de um pragmatismo econômico que lança mão

---

<sup>2</sup> É longo o período de espera para que o “efeito espraiamento” promova os segmentos de pobres para a condição de não pobres (Lustig, 1992), acrescido da poderosa resistência à redução das desigualdades na América Latina, em contraste com países onde ela integrou seu “deslanche” econômico, mesmo com inevitáveis conflitos distributivos.

das políticas mais adequadas para responder aos problemas. No entanto, entendo que o enfoque possibilista não se reduz à lógica economicista de fazer o possível desde o ponto de vista da economia (ou dos economistas) em face de constrangimentos dados.

As raízes econômicas dos fenômenos sociais importam na medida em que a promoção da equidade social depende, essencialmente, do tipo de tratamento dado a sua dimensão econômica, não obstante a resposta nunca ser apenas econômica conforme o alerta de Hirschman (1984a) sobre a incapacidade de a economia responder, sozinha, a questões desta natureza. A premissa da indissociabilidade entre o econômico e o social acarreta duas implicações principais. Primeira, as alternativas econômicas devem ser avaliadas por seu conteúdo social, no caso, mais do que a taxa de crescimento econômico em si, importa o padrão sob o qual se dá o crescimento e seus resultados sociais em termos da capacidade dos grupos sociais e agentes econômicos se apropriarem dos ganhos gerados<sup>3</sup>.

Segunda e mais complexa implicação, a própria noção de eficiência econômica, objeto por excelência da economia padrão, se redefine ao ser subordinada a critérios de equidade social, de modo que a adequação de modelos que permitem o uso mais eficiente dos fatores produtivos passaria pelo crivo da equidade social. Com o mesmo sentido, ficaria relativizada a condição atribuída aos mecanismos de mercado como o principal e mais apropriado instrumento de indução da eficiência econômica de agentes que concorrem entre si. A condição desigual dos agentes econômicos pode implicar que os mecanismos de mercado atuem como promotores de desigualdade conforme sejam seu modo de funcionamento e formas de regulação.

Aplicando esse argumento ao sistema agroalimentar e à questão da pobreza rural, conclui-se serem indispensáveis programas diferenciados e uma regulação dos mercados que protejam os desiguais e não sucumbam a falsas premissas da eficiência competitiva. Modelos modernizantes de especialização produtiva e elevada tecnificação, portanto, mais “eficientes”, podem desfigurar e inviabilizar a agricultura familiar como segmento social, ainda que preservem indivíduos dele oriundos (Maluf, 2013).

A desigualdade social na América Latina carrega as marcas do tipo de modernização das sociedades que a compõem, tributária do progresso econômico focalizado na industrialização. A economia do desenvolvimento ofereceu boa parte dos fundamentos dos projetos de modernização, quase sempre impositivos de modelos e caminhos para sua materialização. Segundo Dow (1992), o “conteúdo modernista” da economia estaria, justamente, na alegada existência de “uma metodologia melhor”, única e universal. Hirschman, ao contrário, foi um expoente da economia do desenvolvimento cujo percurso analítico diferenciado oferece elementos essen-

---

<sup>3</sup> Sabe-se que o crescimento econômico não é neutro em relação à distribuição de renda que depende do enfrentamento dos fatores causadores de desigualdade (Bruno et al., 1998).

ciais para a crítica metodológica da teoria econômica padrão<sup>4</sup>. Essa condição “não modernista” significava se contrapor aos modelos convencionais ainda no auge da perspectiva modernizante, antecipando muitas das críticas que viriam a ser feitas, posteriormente e desde uma perspectiva distinta, pelos adeptos do enfoque pós-moderno (Maluf, 2000). Em observação análoga, Cot (2010, pp. 69-70) identificou uma paradoxal, mas poderosa ressonância das reflexões de Hirschman com leituras pós-modernas da teoria econômica, tendo sido ele pioneiro na desconstrução da retórica do discurso teórico e aplicado, além de cultivar o que a autora chamou de “ego-história” que esclarece a gênese de sua teoria à luz da própria biografia. Ou, na interpretação de Adelman (2013b, p. 622), a convergência histórica entre ser e história, conceitos e contextos.

É preciso contextualizar a proposição anterior. Embora avesso aos cânones das teorias e práticas convencionais, Hirschman não passou inteiramente ao largo das posições outrora predominantes que subordinavam as questões sociais à promoção do crescimento econômico com viés industrialista. Porém, em sintonia com os acontecimentos, nota-se uma inflexão no pensamento de Hirschman no final dos anos 1960<sup>5</sup>, quando as tensões e conflitos (“as paixões, não apenas os interesses”) gerados pelo desenvolvimento ganharam maior proeminência entre os objetos de suas reflexões e escritos, assim como outros autores à época. Ao mesmo tempo, Hirschman consagrava a “arte de ultrapassar fronteiras” incorporando elementos buscados nas ciências sociais em sua abordagem sobre fenômenos originalmente econômicos e se dedicando, diretamente, a temas sociais mais amplos<sup>6</sup>.

Quando veio a tratar especificamente do tema, em 1973, abordou a desigualdade de renda através das suas repercussões políticas de um modo, como sempre, não usual e instigante com a metáfora do “efeito túnel”. Concluiu que há requisitos institucionais específicos para se atingir, conjuntamente, crescimento econômico e equidade na distribuição da renda, “as duas principais tarefas econômicas de um país” (Hirschman, 1984a, p. 79). Já o tratamento sequencial de ambas as tarefas — o crescimento antecedendo a distribuição — dependeria do grau de tolerância à iniquidade, por sua vez, fundada na solidariedade existente no interior da nação, de modo a permitir contrabalançar os efeitos iníquos imediatos do crescimento econômico. O “efeito túnel” descreve o mecanismo de tolerância pelo qual

---

<sup>4</sup> Hirschman (1884a) considerava a economia do desenvolvimento uma subdisciplina — mais que um caso particular de aplicação de instrumentos comuns da teoria econômica geral —, cuja especificidade advinha da rejeição da pretensão tanto à “monoconomia” quanto aos benefícios mútuos nas relações econômicas entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

<sup>5</sup> Agradeço ao Prof. Ignacy Sachs por alertar-me a respeito.

<sup>6</sup> Hirschman (1995, p. 131) atribuiu ao livro “Projetos...” (1967) o encerramento de uma trilogia sobre o desenvolvimento, com a passagem para temas sociais mais amplos a partir do *Saida, voz e lealdade* (1970).

o progresso dos outros produziria um sentimento inicial de satisfação pela perspectiva de futuro que oferece para os que ainda não foram beneficiados<sup>7</sup>.

Hirschman considerava que tal efeito seria providencial e útil para absorver as quase inevitáveis desigualdades do desenvolvimento, chegando a afirmar que a excessiva preocupação com iniquidade, “muito cedo”, poderia retardar o crescimento que envolve escolhas e concentração de investimentos. Estabelece, assim, uma associação entre iniquidade social e a natureza desequilibrada do crescimento e suas “implicações antagônicas”, formulação central em sua abordagem. Essa percepção não o impediu, ao descrever os conhecidos efeitos de encadeamento, de colocar a distribuição igualitária da renda, portanto o mercado doméstico, como intensificador do encadeamento de consumo, contrapondo-se às concepções que priorizavam a formação de capital e de poupança mais rapidamente acumulados pelos ricos (Hirschman, 1992b, p. 65). Registre-se, porém, a ausência de um tratamento da correlação entre o perfil das atividades econômicas (formas de organização social da produção) e a apropriação dos frutos delas resultantes.

O efeito túnel, advertiu Hirschman, tende a ser fraco e, portanto, é menor a tolerância com a iniquidade nas sociedades mais segmentadas, com o agravante de ser um mecanismo traiçoeiro que não avisa antecipadamente aos governantes quando a expectativa positiva inicial se transforma em indignação e dá origem a tensões e protestos com resultados nefastos e, mesmo, desastrosos. Entre os “desastres do desenvolvimento”, Hirschman (1984a, p. 80) destacou a instalação e endurecimento do regime militar no Brasil, e as repressões praticadas pelo governo mexicano em 1968.

Um caminho analítico promissor seria combinar o efeito túnel com os mecanismos da “saída” (competição) e “voz” (reação), uma das contribuições de Hirschman com uso generalizado. Elas não são alternativas excludentes (quanto maior a saída, menor o protesto), podendo também atuar em conjunção-cooperação. Assim, as tensões e protestos devidos ao efeito túnel fraco, próprio das iníquas sociedades latino-americanas, se manifestam num contexto em que a possibilidade de “saída” (para o capital e os capitalistas) em sociedades menos desenvolvidas prejudica, segundo Hirschman, a capacidade do capitalismo reformar-se. Ao contrário dos países mais avançados, essa combinação resultaria em iniquidades (extremos de riqueza e pobreza) e ausência de ideologia capitalista forte.

Veremos, em seguida, elementos centrais da abordagem de Hirschman que ajudariam a responder às indagações relacionadas com o desafio de associar desenvolvimento econômico e equidade e bem-estar social.

---

<sup>7</sup> Por analogia à expectativa positiva dos motoristas retidos em um túnel engarrafado quando os carros da fila ao lado começam a se movimentar.

## RACIONALIDADES OCULTAS E POSSIBILIDADES DE MUDANÇA SOCIAL

A pergunta sobre se há um método ou modelo de análise hirschmaniano não é de fácil resposta, notadamente, em razão da peculiaridade de ser um autor avesso ao modo paradigmático de pensamento, cético quanto a generalizações ou descobertas teóricas ditas espetaculares<sup>8</sup> e que tinha quase que por hábito a propensão a rever suas próprias construções teóricas, a “propensão à autossubversão”. Sobre o papel da teoria e as possibilidades atribuídas à teorização, Hirschman dizia-se mais interessado nas exceções às teorias, porém, de tempos em tempos, dedicava-se a formular teorizações abstratas de um modo que combinava o desiderato da teorização com o “deságio” contra a teorização levada ao excesso.

Distanciava-se dos adeptos da modelística quando sustentava não haver generalizações possíveis sobre desenvolvimento em termos de prescrições, principalmente, pelo peso que conferia à experiência e ao aprendizado. Generalizações podem ser derivadas da experiência, mas não conselhos prescritivos. Frobert e Ferraton (2003, pp. 13-5) contrapuseram a economia política de Hirschman ao positivismo da economia ortodoxa, pois aquela reflete escolhas filosóficas que iluminam a análise científica, o “temperamento pluralista” do pragmático e a exigência de investigação própria de uma concepção pragmática da verdade e da realidade, num estilo em que se destacam o gosto pelo jogo de palavras e neologismos e os verbos de ação. Segundo Adelman (2013b, p. 654), “[...] muitos concluem que não há uma teoria de Hirschman, nenhum modelo. Quando muito, ele tinha um estilo”<sup>9</sup>.

Em olhar retrospectivo, concluiu que a economia do desenvolvimento teve uma história de progresso e avanço intelectual, desde os anos 1950, com a perda gradual de certeza antes oculta por uma certeza inicial que se manifestava como paradigma. Nesse caso, progresso intelectual não foi sinônimo de êxito já que, ao contrário, a economia do desenvolvimento entrou em decadência após a grandeza vivida nos anos 1940-50 (Hirschman, 1984a, p. 34)<sup>10</sup>. Por problemas próprios das disciplinas orientadas para a ação desafiadas a avaliar, corretamente, a dimensão das tarefas a que se propunham, subestimaram-se as diferenças entre reconstrução, como a que se verificava na Europa no pós-guerra, e desenvolvimento.

Assim, é mais adequado elencar os componentes centrais na abordagem de

---

<sup>8</sup> Parafraseando a canção “It ain’t necessarily so”, de George Gershwin (ópera *Porgy & Bess*), Hirschman intitulou “Não é necessariamente assim” o princípio de modéstia teórica a ser respeitado pelos cientistas sociais (Hirschman, 1995, pp. 43 e 87).

<sup>9</sup> Wilber e Francis (1988) enquadraram a abordagem de Hirschman como um “modelo de padrões” holístico, sistêmico e evolutivo, intento que pouco esclarece ao lhe dar contornos demasiado amplos que, ao mesmo tempo, limitam as possibilidades a um “padrão de mudança do sistema como um todo”.

<sup>10</sup> Krugman (1994), em direção oposta, associou a ascensão da economia do desenvolvimento à opção de caminhar na direção de um “maior rigor analítico”, em contraste com o uso excessivo de metáforas como modelo por Hirschman e outros. Propunha o uso dos modelos como metáforas em que a perda momentânea em grau de realismo para construir “modelos rigorosos” seria mais do que compensada pela solidez e aplicabilidade dos ensinamentos deles derivados.

Hirschman sobre os processos de desenvolvimento, em lugar de enquadrá-los num modelo. Iniciando com o próprio autor afirmando que, mais do que a ideia de crescimento desequilibrado, a busca de “racionalidades ocultas” é que confere uma unidade subjacente à sua obra (Hirschman, 1992b, p. 9). Isto é, buscar a “racionalidade oculta” dos caminhos pouco familiares seguidos na solução de problemas sob certas circunstâncias, num exercício, sem dúvida, inusitado da sua própria abordagem “possibilista”.

O “enfoque possibilista” foi construído a partir da crítica ao “complexo do fracasso ou fracassomania” que, segundo Hirschman (1971), caracterizava os intelectuais da América Latina ao desconhecerem elementos positivos da experiência passada e cunharem afirmativas de fracasso total. A fracassomania não é sinônimo de catastrofismo, mas sim desconhecimento da experiência passada<sup>11</sup>, porém, ela costumava ser a outra face do comprometimento de seus porta-vozes com algum tipo de solução “compreensiva, fundamental e integral”. Já o “possibilismo”, cuja conotação otimista não passou despercebida<sup>12</sup>, significava interessar-se mais em ampliar os limites do que é percebido como sendo possível (identificar a possibilidade de uma coisa boa ou ruim acontecer), do que em fazer previsões baseadas em raciocínio estatístico ou em modelos antecipando probabilidades<sup>13</sup>. Quando algo bom acontece, trata-se da conjunção de circunstâncias extraordinárias — nesse sentido, não intencionais — e não o resultado quase mecânico de condições objetivas e subjetivas. Sustentava ser preciso “abarcara a complexidade mesmo que com o sacrifício da capacidade de prever (*predictability*)” (Hirschman, 1992b, p. 139).

Sua “propensão à esperança” (Hirschman, 1971) surge, então, como forma de evitar tanto a fracassomania quanto os diagnósticos das “grandes crises” que terminam por demandar algum tipo de união nacional em torno de soluções “fundamentais ou integrais”<sup>14</sup>. A associação “soluções integrais para fracassos totais” parece-me o uso mais interessante da noção de fracassomania que, neste sentido, permanece aplicável. Posteriormente, Hirschman (1992a) ampliou o que considerou ser uma interpretação cultural demasiado restrita, lançando a tese da perversidade (efeito perverso), característica da retórica reacionária, segundo a qual uma ação progressista visando empurrar a sociedade em determinada direção fará com que ela se mova na direção contrária.

---

<sup>11</sup> O risco de distanciamento da realidade rondava também a “ideologia de desenvolvimento econômico na América Latina”.

<sup>12</sup> Na difícil passagem entre os anos 1950 e 1960, Furtado (1959) o tomou como “demasiado otimista”. Em artigo homenageando Hirschman, Cardoso (2013) o descreveu como um “otimista cético”.

<sup>13</sup> Nosso autor é irônico ao observar que as profecias revelam-se absolutamente corretas, exceto quando não o são, e não menos irônico ao descrever o atrativo intelectual de fazê-las (Hirschman, 1992, p. 103).

<sup>14</sup> Analogamente, Hirschman (1963) sugeriu rejeitar a conhecida contraposição “reforma *versus* revolução” e as duas ilusões que elas carregam, quais sejam, a de que o “progresso [se dá] apenas por uma sucessão de reformas moderadas” e a de que “qualquer mudança real apenas [ocorre] através de revolução”. Sustenta o autor que há elementos de revolução e de reforma presentes nas seqüências do “fazer política”, na implementação das políticas.

A análise das possibilidades de mudanças sociais se destaca na participação dissonante de Hirschman entre os expoentes da economia do desenvolvimento, pois não as tomava como subproduto de avanços econômicos, mas sim como resultado da complexa interação entre fatores econômicos, sociais e políticos, aberta a várias soluções. Igualmente importante, obriga a diferenciação dos planos para identificar possibilidades e, claro, promover mudanças, por exemplo, as estratégias macro, o âmbito meso dos setores específicos e os projetos e ações localizadas, mesmo quando há que combiná-los.

Nos caminhos pouco familiares trilhados pelos agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento, nosso autor fundamentou os três pilares da abordagem possibilista. Primeiro, considerar os efeitos políticos laterais dos fenômenos econômicos, como é próprio de um economista “politicamente orientado”, porém, sem tomar tais efeitos de forma contra pontual ou como “obstáculos”; um aparente “obstáculo” pode se tornar um ativo, possibilidade denominada de “bênção disfarçada” ( *blessing in disguise*) (Hirschman, 1971, p. 13). A propósito, Cot (2010, p. 70) aponta, corretamente, que o gosto de Hirschman pelas palavras e pelo jogo de palavras — as “palavras precisas” (Adelman, 2013b, p. 1) — funciona como matriz de novos conceitos para contornar obstáculos erguidos pela teoria e se aproximar da complexidade das situações.

Segundo, ter em conta que as mudanças nas crenças, nas atitudes e mesmo na personalidade podem ser portadas pelas ações, como sustenta a teoria da dissonância cognitiva (Festinger, 1957), ao invés de colocar tais mudanças como pré-requisito para a ação. Retirando uma restrição comumente interposta à ação, Hirschman (1971, pp. 83-4) concluiu que “a arte de fomentar o desenvolvimento” equivale a multiplicar as oportunidades e implica atuar em forma dissonante. É recorrente em seus textos o interesse especial em levantar obstáculos à decisão de agir, erroneamente percebidos como tais, faceta própria à concepção da economia do desenvolvimento como disciplina voltada para a ação cujos dilemas, porém, tratou de não simplificar.

Terceiro, a noção de consequências não intencionais da ação humana e sua relação com mudança (Hirschman, 1971, p. 31). Essa noção expressa a opção metodológica por um “estilo cognitivo” — em lugar do ‘pensar paradigmático’ pleno de limites — cujo principal fundamento parece ser a premissa de que a ação humana gera consequências não intencionais ou inesperadas, assim como pode haver possibilidades e circunstâncias não intencionais. Supor consequências não intencionais ou inesperadas da ação humana significa admitir a abertura dos processos sociais a várias soluções (*open-endedness*), premissa que se contrapõe ao que chamou, posteriormente, de retórica do efeito perverso da ação que pretende substituir a abertura a várias soluções pela previsibilidade e o medo (Hirschman, 2001). Como é uma constante em sua obra, a sugestão de um modo de pensar é, ao mesmo tempo, uma incitação ou guia para a ação.

Supunha, ainda, que os processos de desenvolvimento podem seguir “sequências invertidas”, isto é, sequências alternativas àquelas consideradas como “ordeiras, regulares ou sistemáticas”. Veremos que a noção de sequências invertidas

implica a utilização não mecanicista de uma das mais conhecidas contribuições de Hirschman que são os efeitos de encadeamento. Com essa abordagem Hirschman (1992b, p. 172) pretendia “restaurar alguns graus de liberdade em risco [à época] de serem perdidos ao estruturalismo”, e livrar-se do incômodo provocado pela excessiva parcimônia da teoria econômica.

A opção pelo estilo cognitivo irá se refletir no papel conferido por Hirschman ao aprendizado individual e social (coletivo) conformando as opções que ditam os rumos, nem sempre previsíveis, dos processos e projetos de desenvolvimento. Considerava que as pessoas aprendem a se engajar no desenvolvimento engajando-se no desenvolvimento, interpretação análoga ao “aprender fazendo” (*learning by doing*) cujo uso está, hoje, disseminado<sup>15</sup>. O aprendizado não seria obstáculo e nem mesmo pré-requisito para a ação, tendo concluído após analisar um conjunto de projetos de desenvolvimento que a motivação para a ação antecipa-se ao conhecimento pleno sobre as circunstâncias envolvidas (Hirschman, 1967). Generalizou essa conclusão na forma do “princípio da mão que oculta” (*the principle of the hiding hand*) — parodiando o princípio da “mão invisível” — segundo o qual tendemos a subestimar nossa criatividade e as dificuldades das tarefas que, contudo, não deixamos de empreender, às vezes, inclusive, com êxito (Id.)<sup>16</sup>. O aprendizado social incide também no enfrentamento e solução de problemas que, por sua vez, podem ser emergenciais ou escolhidos (*pressing and chosen problems*).

A opção metodológica de substituir o “pensar paradigmático” por um “estilo cognitivo”, o papel do aprendizado com a própria experiência e os supostos das consequências não intencionais da ação humana e da abertura a várias soluções, trazem para o primeiro plano a dimensão cultural dos processos de desenvolvimento. Tome-se, para tanto, a conceituação de cultura como “a dimensão cognitiva da experiência”, ou ainda como o controle das pessoas sobre seus destinos e sua habilidade de nomear o mundo de um modo que reflita sua experiência particular. É fácil deduzir que, para Hirschman, as análises e ações relacionadas com processos de desenvolvimento deveriam dialogar com e favorecer a manifestação da apreensão pelos indivíduos e grupos sociais de sua própria experiência e o mundo que desejam construir. No entanto, as ações de desenvolvimento são, quase sempre, portadoras da pretensão de “aprimorar a habilidade de nomear o mundo” em que se assenta uma dada cultura, dando origem a tensões e ao risco da imposição de padrões e valores.

Ao valorizar os processos em sua complexidade e abertura, em lugar de adotar modelos axiomáticos e soluções fechadas, Hirschman contesta uma hipótese cara

---

<sup>15</sup> Schön (1994) considerou-a uma teoria elusiva do aprendizado social, ambígua e intuitiva em face de teorias estabelecidas, ao que Hirschman observou que a leitura de teorias do aprendizado não lhe permitiu enxergar unidade emergindo de fragmentos.

<sup>16</sup> Hirschman (1967) parafraseou Marx (a humanidade enfrenta apenas os problemas que “pensa” poder resolver) ao identificar um mecanismo que leva a assumir tarefas que não se usaria enfrentar caso se tivesse exato conhecimento prévio dos requisitos e dificuldades envolvidas.

à teoria econômica-padrão e outras que bebem na fonte do utilitarismo, qual seja, que o comportamento humano se orienta pela maximização dos ganhos esperados das escolhas feitas a cada momento. Ao lado do elogio à aguda crítica dessa hipótese feita por Sen (1982) ao incorporar motivos não egoístas do comportamento humano, Hirschman (1971 e 1983) acrescentou sua própria premissa de que há um elemento de satisfação em participar de processos com vistas a determinados objetivos, tão ou mais importante que os próprios objetivos perseguidos pelos indivíduos e grupos nesses processos. A isto denominou de “felicidade de buscar ou ventura de perseguir” (*happiness of pursuit*), em mais um jogo de palavras que inverte o direito à “busca da felicidade” (*pursuit of happiness*) previsto na Carta de Direitos estadunidense<sup>17</sup>.

Nota-se, aí, outro apelo em favor do possibilismo, o “ir lá, em lugar de chegar lá” pelo qual a meta se torna endógena ao processo e há uma recompensa em tentar. A ênfase no processo e na busca se diferencia, porém, do que viriam a propor versões do pós-modernismo para as quais “o fim último desaparece e viajar torna-se importante em si mesmo”. Não é mais que aparente a paradoxal proximidade entre dois enfoques que considero distintos, no mínimo, pela presença da noção de progresso e pelo componente de racionalidade modernista da abordagem hirschmaniana.

Os motivos que levam à participação nos processos sociais são centrais para o tema da mudança social, cuja motivação primária no plano individual é dada, segundo Hirschman (1958), pela força dinâmica da ideia de mudança com relação à realidade social vigente, uma característica do ser humano. Posteriormente, alertará que a tomada de decisões que materializa o desejo de mudança pode ser dificultada pelas “imagens de mudança ou progresso” formadas, como vimos, com base na própria experiência (Hirschman, 1971, p. 328). Expectativas exageradas ou a necessidade de indução podem constituir obstáculos à ação visando mudanças que, porém, não se limitam ao leque de escolhas dos indivíduos ou grupos sociais. No mundo real, as mudanças promovidas por agentes de mudança estão estreitamente interconectadas (aqui também) com as mudanças não intencionais que são resultados imprevistos da ação humana.

Finalizo a seção retornando à caracterização da abordagem de Hirschman como uma *dessacralização da ideia de desenvolvimento*. Vimos que os eventos e propostas grandiosas — algumas se querendo milagrosas — são substituídas pela atenta observação dos mais variados aspectos dos processos em curso, numa ótica interessada em ampliar as possibilidades das mudanças promovidas por tais processos, sendo este o cerne do “possibilismo”. Essa caracterização é consistente com o destaque conferido por Adelman (2013b, p. 115) ao lugar ocupado pelas “pequenas ideias” (*petites idées*) na vida e trajetória intelectual de Hirschman, reque-rendo habilidade para reuni-las e torná-las “uma grande ideia”. Elas emergem do

---

<sup>17</sup> Hirschman (1983) contrapôs a felicidade de tomar parte na ação coletiva ao argumento da “não lógica da ação coletiva” subjacente à análise da economia de mercado por Mancur Olson (1965), que resulta na “ilogicidade” de ações públicas e coletivas que não as que envolvam benefício próprio.

exercício da prática observacional, em lugar de atribuir significado às experiências diárias e às escolhas com base num sistema abstrato.

Enfim, o desenvolvimento se assenta em (e é promovido por) mecanismos como os encadeamentos para a frente e para trás (e os desequilíbrios que lhes correspondem) e as sequências invertidas, está aberto a diversas soluções e às consequências não intencionais da ação humana, e deve valorizar o papel do aprendizado no “fazer desenvolvimento”. É o que veremos nas partes seguintes.

## DESENVOLVIMENTO, DESEQUILÍBRIOS E AÇÃO ESTATAL

Em pleno período desenvolvimentista, Hirschman (1995, p. 128) caracterizou o desenvolvimento não como uma transação comercial, mas como uma aventura épica cujo desafio, drama e grandeza foram por ele “cantados e celebrados” na trilogia composta pelo “Estratégias...” (1958), “Jornadas...” (1963) e “Projetos...” (1967). Integra essa natureza épica a “arte de promover o desenvolvimento”, que consiste em suscitar e recrutar recursos e habilidades ocultas, dispersas ou mal utilizadas, mais do que em identificar combinações ótimas para um conjunto dado de recursos. Embute-se aí uma crítica à estreiteza da definição convencional da economia como a ciência que lida com a alocação eficiente de recursos escassos<sup>18</sup>.

Sen classificou o Hirschman do “Estratégias...” entre os céticos da recém-lançada economia do desenvolvimento porque, diferentemente dos “estrategistas”, enxergava o desenvolvimento como um processo mais espontâneo e menos planejado, frequentemente emergindo do caos não intencional (*undesigned chaos*) mais do que de uma ordem projetada (*designed order*). Ainda que seja uma diferenciação significativa para a época, parece-me excessivo deduzir que o desenvolvimento, para Hirschman, seria um processo essencialmente espontâneo fruto da ocorrência de um ou mais dos fatores, motivações ou circunstâncias antes mencionadas.

É certo que tal interpretação encontra eco no já referido enfoque possibilista, e na valorização da conjunção especial de circunstâncias extraordinárias (não intencionais) para explicar transformações que não seriam um resultado quase mecânico de condições objetivas e subjetivas (Hirschman, 1994). Ou ainda no ceticismo em relação à pretensão de ordenar os processos de desenvolvimento através de instrumentos como o planejamento integrado. Hirschman se interessava pela singularidade desses processos tanto quanto por suas leis gerais, assim como pela “multiplicidade e desordem criativa da aventura humana” e os caminhos inteiramente novos de atravessar momentos históricos críticos. Contudo, seus escritos trazem, também, várias e importantes referências ao que seriam as forças conducentes ao desenvolvimento, bem como aos mecanismos econômicos pelos quais o desenvolvimento ganha forma, além de fazerem indicações úteis para as políticas públicas.

Uma das contribuições de Hirschman mais destacadas é o mecanismo dos en-

---

<sup>18</sup> Sobre a trilogia e a ultrapassagem dos limites disciplinares, ver Bianchi (2007).

cadeamentos “para a frente” e “para trás” (*forward and backward linkages*), inicialmente, limitado aos elos entre uma determinada atividade e aquelas que a antecedem (aprovisionamento de insumos) e a sucedem (utilização do produto) (Hirschman, 1958). A atuação do mecanismo foi ampliada de modo a incluir os encadeamentos “externos” que incorporam novos agentes em novas atividades e a oferta de bens públicos pelo Estado, e também os encadeamentos “generalizados” potencializados do desenvolvimento e determinantes das decisões de investimento (Hirschman, 1977). Baseados da matriz insumo-produto, os encadeamentos incorporam a variável tempo e permitem uma abordagem mais dialética aberta às possibilidades não intencionais de desenvolvimento. Além disso, os vários enlaces, suas possíveis falhas e constelações mutantes resultam num padrão crescentemente complexo de possibilidades em termos da materialização (ou não) dos efeitos de encadeamento<sup>19</sup>.

Mais do que descrever etapas articuladas e indicar requisitos para o equilíbrio entre elas, Hirschman interessava-se pelos efeitos indutores embutidos no mecanismo de encadeamento, sobretudo a indução de “decisões de desenvolvimento” (investimento). O mecanismo de indução adquire especial relevância em presença do fenômeno da convergência quando uma atividade específica ou uma mercadoria particular são capazes de atuar como uma “conspiração multidimensional” em favor do desenvolvimento, num dado contexto histórico e sociopolítico, colocando-se como parceiras de um novo modo de produção (Hirschman, 1977). Ou, em sentido inverso, quando essa atuação se dá no sentido de bloquear o desenvolvimento. Na primeira hipótese, a conspiração favorável no entorno de uma atividade ou mercadoria coloca em marcha o mecanismo indutor dos encadeamentos que gera estímulos dinâmicos “para frente e para trás” (à jusante e a montante) da atividade especificamente considerada.

Apesar do inegável significado social e econômico, as atividades agrícolas têm limitada capacidade de promover tais conspirações se comparadas com as atividades industriais. Contudo, Hirschman admitiu o uso desse instrumento analítico, originalmente pensado com viés pró-indústria, para apoiar estratégias distintas baseadas nos impactos da evolução das técnicas agrícolas e, especialmente, nos encadeamentos de consumo pela expansão das rendas agrícolas.

Os efeitos de encadeamento e seu mecanismo indutor potencializam o fenômeno da convergência, porém, resultam num padrão de crescimento desequilibrado. Para Hirschman, desenvolvimento significa promover desequilíbrios, conceituação próxima a de Schumpeter<sup>20</sup>. Além disso, os encadeamentos e sequências próprias das cadeias produtivas não levaram Hirschman a admitir a prevalência de qualquer

---

<sup>19</sup> Para Hirschman (1977, p. 92), a abordagem dos encadeamentos é um exercício de micromarxismo que lida no plano micro com eventos e atividades econômicas específicas que dão forma ao desenvolvimento de cada país. Micromarxismo também por buscar, nesse plano, os efeitos das forças produtivas sobre as relações de produção (Hirschman, 1986b, p. 72).

<sup>20</sup> Note-se que Hirschman (1995) contrapôs seu suposto das sequências invertidas ao enfoque do grande impulso (*big push*) que incluía, entre as condições preliminares, “um grupo de empresários schumpeterianos ou um Estado ativista”.

princípio do tipo “primeiras coisas primeiro”. O importante é que as sequências sejam eficientes na indução e resultem do julgamento sobre a direção mais provável de atingir objetivos que não estão ao alcance direto da elaboração de políticas, ainda que pareçam “invertidas” em relação a uma ordem presumidamente lógica.

O papel indutor das políticas públicas, cujos resultados não são plenamente antecipáveis, se realizaria em interação com dinâmicas que, por sua vez, são geradoras de desequilíbrio. Nessa linha, Hirschman (1995, pp. 74-5) substituiu as soluções sequenciais (“uma coisa por vez”), proposição do “Estratégias...”, pelo enfrentamento simultâneo de vários desafios políticos, evitando o risco de se ficar enroscado ou mesmo de retroceder que denominou de “síndrome do entalamento” (*syndrome of getting stuck*). Assim, sendo o crescimento um processo não equilibrado com sequências facultativas e não obrigatórias, rejeita a reverência aos ideais de equilíbrio e de coordenação, a pretensão de uma “visão global das coisas” e as soluções uniformes do “planejamento integrado”. A recusa em definir “um caminho melhor” implica requisitos para as políticas públicas mais complexos ou, talvez, mais conformes com a realidade da gestão pública.

Meldolesi (1995) observou que a política de desenvolvimento desequilibrado conta com a expansão de um elemento antes do outro em virtude do “efeito de complementaridade” entre eles, envolvendo o “princípio da oscilação” com aplicação generalizada na obra de Hirschman. A realidade se caracteriza por um movimento irregular (oscilação entre alto e baixo grau de algo) que torna impossível definir uma “oscilação ótima”, de modo que a “arte de promover o desenvolvimento” requer sensibilidade para aplicar doses ótimas de políticas diversas sob circunstâncias distintas, muito melhor administradas uma vez abandonadas falsas ideias de equilíbrio, coordenação e visão abrangente (Hirschman, 1971, p. 63). Em lugar de direcionamentos dados por racionalidades apriorísticas, a “arte” consistiria em dosar os limites do desequilíbrio, dosagem não tão difícil na medida em que os desequilíbrios são menores do que parece e se restringem à esfera econômica.

A tarefa da política de desenvolvimento converte-se, então, em manter ou sustentar as tensões, desproporções e desequilíbrios gerados pela cadeia de desequilíbrios (Hirschman, 1958). Descontentamento e tensões permanentes podem resultar de sequências antagônicas quando o progresso numa direção só é possível a custo de retrocesso em outra, padrão de crescimento denominado de “navegar contra o vento” (*sailing against the wind*) (Hirschman, 1992b, p. 30). Essas situações dão margem à tentação de soluções fundamentais corporativistas ou autoritárias que eliminam o jogo da política concorrencial, ao que contrapôs o suporte da experiência acumulada com o “modo desajeitado ou embaralhado” (*muddling-through*) de solucionar conflitos em “economias pluralistas de mercado” (Hirschman, 1995, p. 244). A propósito, às críticas oriundas dos países avançados quanto à ausência de lógica ou de racionalidade na maneira como caminhavam os países ditos subdesenvolvidos, contrapunha que nos países avançados também “se fazem as coisas ao contrário” (Hirschman, 1986, p. 115).

Não obstante, a constatação de que desenvolvimento econômico e modernização se fizeram acompanhar, na América Latina, de tensões e autoritarismo polí-

tico levou-o à contundente crítica antes referida dos “desastres do desenvolvimento”. Fenômenos como este fizeram sucumbir duas “estruturas ideológicas” estabelecidas de cunho liberal (“todas as coisas boas vão juntas”) ou (“todas as coisas más vão juntas”), demonstrando que crescimento econômico, progresso social e respeito pelos direitos humanos não avançam necessariamente juntos, em particular, algumas variáveis de crescimento econômico são inteiramente consistentes com retrocesso social e político (Hirschman, 1984a, pp. 183-4). Caberia aos economistas do desenvolvimento extrair a lição de que a ciência econômica não é suficiente para promover a “emancipação geral do atraso”, para o que requer o concurso, especialmente, da ciência política (Id.). As doutrinas de crescimento econômico, dizia, enxergaram os países subdesenvolvidos como tendo apenas interesses — suficientemente contemplados pelo objetivo de aumentar a renda per capita — sendo desprovidos de paixões, incitando-o à conhecida reflexão sobre a conjunção entre política e economia desde as origens do capitalismo (Hirschman, 1979).

Equilíbrio e planejamento, noções caras à maioria dos discursos sobre desenvolvimento, não mereceram mais do que fortes ressalvas da parte de Hirschman. Criticou o que chamou de mito do planejamento integrado do crescimento dos anos 1950, e as “banalidades” ditas como princípios de planejamento ou de distribuição eficaz dos recursos, especialmente, se levassem ao adiamento de tarefas (Hirschman, 1986, p. 90). Defendia um “sadio respeito” pela eficácia do sistema de preços, particularmente, as repercussões da taxa de câmbio no balanço de pagamentos, assim como desconfiava dos controles, medidas autoritárias de distribuição de renda e planos grandiloquentes em períodos de paz (Id., p. 86). Considerava preferível captar as racionalidades ocultas dos países e potencializar os recursos ou capacidades ocultas, a formular planos de desenvolvimento sintéticos assentados em técnicas de programação<sup>21</sup>.

O anterior nos leva à contraposição “mercado *versus* plano”, debate que atravessou o século XX e constituiu importante divisor de águas entre esquerda e direita (Tavares, 1987). Encontra-se em Hirschman (1971, p. 23) o pleito por uma compreensão mais complexa do que seja mercado, desde logo, abandonando a dicotomia simplista “mercado e não mercado”, seja este último o Estado ou mesmo as instituições. Ela não explica o movimento que lhe parece principal de contínuo vaivém (*see-saw movement*) entre forças de mercado e de não mercado (no sentido de não-mercantis). Uma crítica com sentido análogo é dirigida à visão “assintótica” que justifica a intervenção do Estado nos casos de “falhas do mercado”, já que há tarefas que podem estar além da capacidade de uma sociedade para enfrentá-las<sup>22</sup>.

---

<sup>21</sup> Veja-se a limitada repercussão de planos para a agricultura e o meio rural na América Latina e Caribe (Maluf, 1997).

<sup>22</sup> A disparidade no clima intelectual entre Estados Unidos e América Latina — como na dissonância dos credos dominantes sobre mercados e planos — constituía uma lei permanente que Hirschman (1987, p. 31) denominou de modo “fora de fase”, com a permanente tentativa de imposição pela dificuldade dos Estados Unidos respeitarem a auteridade.

Os mercados e a ação estatal são enfocados de modo também dissonante em relação aos credos dominantes. Sobre a natureza dos mercados, Hirschman ressaltou os efeitos integradores dos mercados que se manifestam, entre outros, em procedimentos comuns como barganhar e negociar e em ajustamentos mútuos entre os agentes econômicos. Ao concluir que os esforços dos economistas por dotar os mercados de legitimidade econômica, frequentemente, implicam sacrificar sua legitimidade sociológica, Hirschman (1992b, p. 123) antecipou elementos que viriam a ser desenvolvidos pela Sociologia Econômica, partindo de M. Polanyi.

Quanto à ação estatal, apontava com ressalvas a “velha fé positivista” expressa no suposto de que uma pilotagem adequada vinda de cima (da economia e da política) levaria a um “destino moderno brilhante” (Hirschman, 1987, p. 22). A ênfase do autor recai mais na qualidade da tomada de decisões públicas e na identificação de seus determinantes, do que na hipótese do “bom governo” transformada, nos tempos atuais, na premissa da boa governança (*good governance*) sob o patrocínio do Banco Mundial e outras instituições. Não lhe passou despercebido o poder dos economistas cujos argumentos podem servir para justificar o despotismo e formas muito próximas a ele. Ao “rei-economista” é atribuído o poder de julgar as ações imprudentes que ameaçam o funcionamento do “delicado relógio” (a economia), com recomendações para restringir aquelas provenientes do príncipe e reprimir as do povo (Hirschman, 1979, p. 119).

Ao mesmo tempo em que retirou a ação estatal dos limites impostos por supostos “bons princípios”, Hirschman invocou a importância do envolvimento da sociedade para a eficácia da política econômica. Ao contrário da premissa que somente as políticas inesperadas ou não antecipáveis pelos agentes econômicos seriam capazes de ter algum impacto real (escola das expectativas racionais), Hirschman (1995, p. 147) afirmava que o sucesso de novas propostas depende da compreensão, por parte do público, de como se espera que estas políticas irão funcionar, como foi o caso do keynesianismo nos anos 1930. O contrato social não escrito sobre as regras que fazem uma economia funcionar e sobre os limites atribuídos ao papel econômico do Estado, se rompido, por exemplo, com ações surpreendentes, geraria danos superiores aos benefícios que resultariam dos efeitos puramente mecânicos da ação estatal. Acrescentou, ainda, que a viabilidade de qualquer política, mesmo daquelas que dependem do efeito surpresa, tende a ser limitada no tempo na medida em que o entendimento do público passa de mínimo a excessivo.

Concluindo, a combinação de distintos elementos da abordagem de Hirschman nos revela um autor que desfez mitos simplificadores seja com relação a um processo em cujo cerne se encontram encadeamentos desequilibradores, seja quanto às possibilidades da ação estatal. Nesse caso, porém, abraçar a complexidade dos processos não se faz à custa da capacidade de compreendê-los nem, muito menos, se torna um obstáculo para a ação. Nessa direção, nas observações finais, a seguir, veremos que a arte de promover o desenvolvimento, para cujo êxito contribui a interação entre estado e sociedade, reflete o aprendizado com a experiência vivenciada pelos atores sociais e está aberta a várias soluções.

## OBSERVAÇÕES FINAIS

Em lugar de apresentar conclusões, algumas distribuídas ao longo do texto, finalizarei o ensaio retomando contribuições da abordagem “prolixa e polifônica” de Hirschman sobre as dimensões econômicas, sociais e políticas envolvidas no desafio de associar desenvolvimento econômico com maior equidade e bem-estar social. Elas dizem respeito, principalmente, às tarefas antagônicas que acarreta a junção entre equidade e crescimento, aos conflitos inerentes às dinâmicas de mudanças sociais e ao exercício de uma “economia com política” (*economics-cum-politics*)<sup>23</sup> e suas implicações quanto ao papel do Estado.

O contexto atual de muitos países da América Latina, em particular o Brasil, justifica explorar a hipótese de a iniquidade social ter adquirido o estatuto de fonte geradora de “pressões hirshmanianas”, expressão derivada da percepção do nosso autor de que as situações ideais seriam aquelas nas quais pessoas boas estão rodeadas por pressões boas, dando origem a processos virtuosos (Hirschman, 1963). O enfrentamento da iniquidade, como vimos, envolve tarefas antagônicas associadas à distribuição da renda e da riqueza. A abordagem do autor valoriza também a observação e atuação sobre situações concretas de iniquidade no plano mais micro, ainda que elas possam gerar demandas cuja solução requer iniciativas com caráter distributivo que quase sempre ultrapassam a competência local.

Tendo caracterizado a economia do desenvolvimento como uma disciplina voltada para a ação, um economista “politicamente orientado”, segundo Hirschman, deve atentar para as dimensões ou os efeitos colaterais políticos dos fenômenos econômicos com os quais está diretamente envolvido<sup>24</sup>. A história latino-americana lhe forneceu exemplos dos limites da economia do desenvolvimento (da ciência econômica) em lidar com os interesses e paixões mobilizadas por esses processos. O enfoque do “possibilismo”, lente através da qual acompanhou as experiências de desenvolvimento na região e alhures, pressupõe a interação entre economia e política antes referida. Esta segue um padrão de ‘conexão intermitente’ (*on-and-off connection*), alternando situações de interdependência e de autonomia entre ambas, fazendo com que a conexão entre progresso político e o econômico não seja em nenhum modo fácil, direto e funcional (Hirschman, 1995, p. 229).

Num plano mais localizado, os efeitos políticos colaterais dos processos econômicos se manifestam nos projetos de desenvolvimento de duas formas complementares. Por um lado, os projetos podem ser obrigados a incorporar preocupações em planos muito distintos e problemáticos em relação aos seus objetivos originais

---

<sup>23</sup> Hirschman (1971) contrapôs essa formulação à perspectiva de elaborar uma “teoria econômica da política”. Não propunha, porém, injetar valores morais na economia, mas sim se livrar de modelos simplistas do comportamento humano e incluir emoções e características fundamentais movidas por paixões complexas, nobres ou baixas (Hirschman, 1984a, p. 378).

<sup>24</sup> Recorrendo aos dispositivos heurísticos da “bênção ou ventura sob disfarce” e o “desequilíbrio cumulativo”, já abordados.

estritos, por exemplo, repercussões étnicas ou agrárias de projetos de infraestrutura. Por outro lado, tais efeitos dependerão da capacidade dos projetos de desenvolvimento de transformar as estruturas sociais e culturais em que são implementados (*trait-making projects*), ou se eles se ajustam a uma dada estrutura (*trait-tacking projects*) (Hirschman, 1967).

Por fim, recorde-se que para o nosso autor o aprendizado e a mudança social se realizam num ambiente de disjunções e conflitos dos quais resulta a própria coesão social. Sua análise dos conflitos sociais dividia-os em construtivos e destrutivos<sup>25</sup>, pois eles podem atuar como “cola” quando são agregadores, ou como “solventes” quando são desagregadores (Hirschman, 1995, p. 231). Poucos são os conflitos do tipo “indivisível” (“um ou outro”), por exemplo, ligados à língua, etnia ou religião. A maioria é do tipo “divisível” (“mais ou menos”), como é o caso da distribuição do produto social, dando origem à “arte da barganha” e ao estabelecimento de compromissos; eles possibilitam aos atores sociais engajarem-se em programas comuns embora perseguindo objetivos diferentes. A integração social resulta, então, da vivência e do manejo de uma variedade de conflitos, mais do que da construção de consensos no entorno de valores éticos comuns, para o que contribui a sabedoria do olhar retrospectivo e a experiência cumulativa.

Conflitos frequentes e soluções de compromisso raramente definitivas resultam no já referido “modo desajeitado ou embaralhado” (*the muddling-through mode*) de resolução dos conflitos das sociedades de mercado pluralistas ou democráticas. Hirschman reconhece, porém, que as mudanças políticas e institucionais terão maior probabilidade de ocorrer quando promovidas por “grupo social poderoso” gerado pelo próprio desenvolvimento econômico e com interesse vital nas mesmas. Essa constatação não o impediu de ter enxergado muito da “grandeza” do desenvolvimento nos movimentos de base e projetos implementados no plano local (Hirschman, 1984b).

Hirschman (1992, p. 140) adota o “ser amistoso com a democracia” e “concordar em discordar” como componentes de um princípio político mais geral que implica “ceder na troca” e “compromisso”, por esta via reintroduzindo nos processos sociais e econômicos o elemento de incerteza próprio da vivência democrática. Portanto, considerar a dimensão política dos processos de desenvolvimento e, principalmente, fundamentar as proposições a respeito em princípios de convivência democrática constituem outra e essencial razão para adotar o suposto das soluções abertas várias vezes mencionado neste ensaio. A inspiração pragmática de um ativista que não teme abarcar a complexidade do mundo real, em especial nas relações entre democracia e economia, confirmam a feliz caracterização da obra de Hirschman como uma “investigação inconclusa” (Frobert e Ferraton, 2003), embora prenhe de ensinamentos, na contramão de um tipo de modelística sempre em voga nas teorias e políticas de desenvolvimento.

---

<sup>25</sup> Em lugar da noção marxista de contradições não antagônicas e antagônicas associadas à revolução social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adelman, Jeremy (2013a) Albert O. Hirschman — idealista pragmático. *Novos Estudos CEBRAP*, 96, Julho 2013, 05-13.
- Adelman, Jeremy (2013b) *Wordly philosopher: the odyssey of Albert O. Hirschman*. Princeton, Princeton University Press.
- Bianchi, Ana M. (2007) “Albert Hirschman na América Latina e sua trilogia sobre desenvolvimento econômico”. *Economia e Sociedade*, 16 (2-30): 131-150.
- Bruno, Michael, Ravallion, M. & Square, L. (1998) “Equity and Growth in Developing Countries: Old and New Perspectives on the Policy Issues”. In: V. Tanzi & K. Chu (eds.), *Income Distribution and High-Quality Growth*, Cambridge (Ma.): MIT Press.
- Cardoso, Fernando H. (2013) Um otimista cético. *Folha de S. Paulo*, 24/03/2013.
- Cot, Annie L. (2010) “Albert O. Hirschman: an intellectual maverick”. *The Tocqueville Review/La revue Tocqueville*, 31(2): 61-79.
- Dow, Sheila (1992) “Postmodernism and economics”. In: Doherty, J. et al. (eds.). *Postmodernism and the social sciences*. Hampshire (UK), MacMillan, 148-161.
- Festinger, Leon (1957) *A theory of cognitive dissonance*. Stanford (Ca.), Stanford University Press.
- Frobert, Ludovic et Ferraton, Cyrille (2003) *L'enquête inachevée — introduction à l'économie politique d'Albert O. Hirschman*. Paris, Presses Universitaires de France.
- Furtado, Celso. *Resenha de The Strategy of Economic Development, de Albert Hirschman*. *Econômica Brasileira*. R. Janeiro, V (1-2), 1959.
- Krugman, Paul (1994) “The fall and the rise of development economics”. In: Rodwin, L. & Schön, D.A. (eds.), *Rethinking the Development Experience — essays provoked by the work of Albert O. Hirschman*. Washington (DC), The Brookings Institution, 39:58.
- Hirschman, Albert O. (1958) *The strategy of economic development*. New Haven (CT), Yale Univ. Press.
- Hirschman, Albert O. (1961) *Latin American issues – essays and comments*. N. York, Twentieth Century Fund.
- Hirschman, Albert O. (1963) *Journeys toward progress: studies of economic policy-making in Latin America*. N. York, Twentieth Century Fund.
- Hirschman, Albert O. (1967) *Development projects observed*. Washington (DC), The Brookings Institution.
- Hirschman, Albert O. (1971) *A Bias for Hope: Essays on development and Latin America*. New Haven (Ct.), Yale University Press.
- Hirschman, Albert O. (1972) *Saída, voz e lealdade: reações ao declínio de firmas, organizações e estados*. S. Paulo, Ed. Perspectiva.
- Hirschman, Albert O. (1973) Hirschman, Albert and Rothschild, Michael. “The changing tolerance for income inequality in the course of economic development”. *Quarterly Journal of Economics*, LXXXVII (4): 544-562.
- Hirschman, Albert O. (1976) “Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada”. *Estudos CEBRAP*, N. 18.
- Hirschman, Albert O. (1977) “A Generalized Linkage Approach to Development, with Special Reference to Staples”. *Economic Development and Cultural Change*, 25 (Supplement): 67-98.
- Hirschman, Albert O. (1979 [1977]) *As paixões e interesses – argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo*. R. Janeiro, Paz e Terra.
- Hirschman, Albert O. (1979) “The turn to authoritarianism in Latin America and the search for its economic determinants”. In: Collier, David (ed.). *The new authoritarianism in Latin America*. Princeton (NJ), Princeton Univ. Press, 61-98.
- Hirschman, Albert O. (1983 [1982]) *De consumidor a cidadão – atividades privadas e participação na vida pública*. S. Paulo, Brasiliense.
- Hirschman, Albert O. (1984a [1981]) *De la economía la política y más allá – ensayos de penetración y superación de fronteras*. México (DF), Fondo de Cultura Económica.
- Hirschman, Albert O. (1984b) *Getting ahead collectively: grassroots experiences in Latin America*. N. York, Pergamon Press.

- Hirschman, Albert O. (1986) *A economia como ciência moral e política*. S. Paulo, Brasiliense.
- Hirschman, Albert O. (1987) “The political economy of Latin American development: seven exercises in retrospection”. *Latin American Research Review*, XXII (3):07-36.
- Hirschman, Albert O. (1992a [1991]) *A retórica da intransigência – perversidade, futilidade, ameaça*. S. Paulo, Cia. das Letras.
- Hirschman, Albert O. (1992b [1986]) *Rival views of market society and other recent essays*. Cambridge (Ma.), Harvard University Press.
- Hirschman, Albert O. (1994) *Passaggi di frontiera. I luoghi e le idee di un percorso di vita*. (a cura di C. Donzelli, M. Petruszewicz e C. Rusconi). Roma, Donzelli Editore.
- Hirschman, Albert O. (1995) *A propensity to self-subversion*. Cambridge (Ma.), Harvard University Press.
- Hirschman, Albert O. (1999) “Un savant aux prises avec ses valeurs – entretien avec Albert Otto Hirschman”. *Raisons politiques*, 2, 171-182.
- Hirschman, Albert O. (2001 [1994]) *A Moral Secreta do Economista*. S. Paulo, Ed. UNESP, 2001. (Entrevista a C. Donzelli, M. Petruszewicz e C. Rusconi)
- Lustig, Nora (1992) “Equity and Growth in Mexico”. In: S. Teitel (ed.), *Towards a New Development Strategy for Latin America — pathways from Hirschman’s thought*. Washington (DC), Inter-American Development Bank, 219-258.
- Maluf, Renato S. (2000) “Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, 53-86.
- Maluf, Renato S (1998) “Economic development and the food question in Latin America”. *Food Policy*, 23(2): 155-172.
- Maluf, Renato S (2013) “Elementos para uma agenda pública de enfrentamento da pobreza e inclusão socioprodutiva no meio rural na ótica do desenvolvimento rural sustentável”. In: Leite, S. (org.). *Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil*. Brasília, IICA, 57:88.
- Maluf, Renato S (1997) *Planejamento, desenvolvimento e agricultura na América Latina: um roteiro de temas*. R. Janeiro, CPDA/UFRRJ (CPDA Debates, 3)
- Martins, José S. (1994) *O poder do atraso — ensaios de sociologia da história lenta*. S. Paulo, Ed. HUCITEC.
- McPherson, Michael (1988) “O cientista social como cético construtivo: sobre o papel de Hirschman”. In: Foxley, A., et al. (orgs.). *Desenvolvimento e política e aspirações sociais: o pensamento de Albert O. Hirschman*. S. Paulo, Vértice – Ed. Revista dos Tribunais, 316-326.
- Meldolesi, Luca (1995) *Discovering the possible: the surprising world of Albert O. Hirschman*. Notre Dame-London, University of Notre Dame Press.
- Olson, Mancur (1965). *The logic of collective action*. Cambridge (Ma.), Harvard University.
- Pena, Maria V. J. “Economia e política no pensamento de Albert O. Hirschman: uma análise de três textos”. *Revista de Economia Política*, 7(1-25):104-122.
- Santiso, Javier (2006) *Latin America’s political economy of the possible — beyond good revolutionaries and free-marketers*. Cambridge (Ma.), MIT Press.
- Schön, David (1994) “A. Hirschman’s elusive theory of social learning”. In: Rodwin, L. & Schön, D.A. (eds.), *Rethinking the Development Experience — essays provoked by the work of Albert O. Hirschman*. Washington (DC), The Brookings Institution, 67-97.
- Schumpeter, Joseph A. (1972 [1934]) *A teoria do desenvolvimento econômico*. S. Paulo, Abril Cultural.
- Sen, Amartya K. (1982) “Rational fools: a critique on the behavioural foundations of economic theory”. In: Sen, A. Choice, welfare and measurement. Oxford, Basil Blackwell, 84-106.
- Tavares, Maria C. (1987). “Reflexões sobre o Estado e o Planejamento”. In: Teixeira, A. et al. *Textos Selecionados – Teoria Econômica*. R. Janeiro, IEI/UFRRJ, 1:29.
- Wilber, Charles e Francis, Steven (1988) “A base metodológica da economia do desenvolvimento de Hirschman: modelo de padrões versus leis gerais”. In: Foxley, A., et al. (orgs.). *Desenvolvimento e política e aspirações sociais: o pensamento de Albert O. Hirschman*. S. Paulo, Vértice – Ed. Revista dos Tribunais, 327-354.